

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO CAPITÃO-DE-MAR-E  
GUERRA ANNIBAL DO AMARAL GAMA, POR  
OCASIAO DA SUA POSSE**

23 de Maio de 1946

Pitágoras fizera escrever no alto da porta da sua morada esta ousada advertência: “Aqui não entra quem não fôr geômetra”.

Um grupo dos maiores intelectuais dessa classe gloriosa, dêsse batalhadores da ordem, que são os soldados da pátria, criou êste Instituto, que se destina ao estudo da geografia e da história militar do Brasil, estabelecendo o critério da seleção por merecimento, para a acolhida daquêles que se candidatarem a tão honrosa companhia. À sua simbólica entrada, brilha a austera paródia da seleção imposta pelo geômetro grego aos seus prováveis visitantes. Aqui, também, se exige a demonstração clara e positiva da dedicação proveitosa e útil a êsse maravilhoso campo de conhecimentos humanos, para a ocupação de uma das cadeiras criadas para êste cenáculo de estudiosos especializados.

Por um dêsse caprichos tardios da sorte, estou hoje em vossa companhia. Fizestes patronos dêstes assentos acadêmicos grandes figuras militares e civis, que honraram a pátria com as suas qualidades morais, intelectuais, profissionais e cívicas.

Coube ao recipiendário de agora vir ocupar a cadeira n.º 50, sob o patrocínio do almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim — barão de Iguatemi. Êste varão ilustre, escolhido para dar o nome a um dos postos desta academia de geografia e história, foi uma das fulgurantes figuras do se-

gundo império e uma luminosa tradição da marinha de guerra do Brasil. Tôda a sua carreira, dêsde a juventude escolar, sob a fardeta de aspirante, até o seu final, com os bordados de almirante, foi uma cruzada pelo bem da pátria, pela conquista dos lauréis, que recebeu, como uma consagração do seu valor. Ele bem merecia a grande homenagem que lhe foi prestada por êste Instituto, que o guindou às alturas da imortalidade.

O barão de Iguatemi nasceu em 4 de Agôsto de 1822, na velha cidade do Destêrro, antigo nome da capital do Estado de Santa Catarina. Saudaram as suas primeiras horas de existência os clarins que anunciavam ao mundo a libertação política do Brasil. Efetivamente, dois dias após, o príncipe-regente D. Pedro, proclamava à face do universo, no seu famoso manifesto de 6 de Agôsto de 1822, dirigido aos soberanos da Europa, a independência política do Brasil. Passados 16 anos, Francisco Torres Alvim, seguindo a mesma vocação paterna, transpunha os umbrais da Escola de Marinha, de onde devia sair em 1841, para percorrer todos os postos de uma gloriosa carreira, repleta de triunfos.

Na fase inicial da sua vida militar não houve êsses grandes lances que ficam perpétuamente gravados na história de uma nação. A investigação sôbre êste trecho do seu passado revela apenas a existência das altas qualidades que definem o futuro dos grandes chefes: a inteligência, a energia, a bravura e o carater. Nêste princípio de carreira teve êle a fortuna de fazer o seu aprendizado em um navio da marinha dos Estados Unidos, a bordo do *Congress*, onde conheceu os métodos de organização e preparo, de que são mestres os homens daquela nação. A funda impressão que Torres Alvim deixara naquêle meio adiantado, pelos magníficos dotes de carater e inteligência, já fazia prever o grande êxito que por êle seria colhido durante todo o percurso da sua promissora carreira. O seu grande valor começou a se tornar patente quando foi chamado a tomar parte na campanha platina, nos anos de 1851-1852. Efetivamente, para evitar que a República Oriental caísse em mãos argentinas durante a ditadura de D. Juan Manoel Rosas, teve o

Brasil que fazer uma intervenção armada no Prata, com o seu desenlace em Monte-Caseros, em 3 de Fevereiro de 1852. Caxias e Grenfell foram os heróis dessa histórica contenda. Êste notável marinheiro fôra chamado da Inglaterra, onde exercia o cargo de cônsul geral do Brasil, para comandar as fôrças navais em operações no Rio-da-Prata.

D. Manoel Oribe, deposto da presidência do Uruguai por Frutuoso Rivera, se refugiara em Buenos Aires, onde se mancomunara com o ditador Rosas, para a reconquista do govêrno da Banda Oriental.

Elevado ao generalato argentino, invadira o Estado Oriental e sitiara Montevidéu. Diante, porém, da perspectiva da invasão do Uruguai pelas tropas de Caxias, D. Manoel Oribe, atemorizado, pensava na retirada.

Para fechar o cêrco das tropas do chefe oriental, Grenfell fez ocupar os rios Paraná e Uruguai, impedindo a passagem e as comunicações do inimigo. Nesta operação tomou parte o brigue Caliope, sob o comando de Torres Alvim. Constrangido por êste rigoroso bloqueio, Oribe capitulou, mas o govêrno de Buenos Aires se mantinha ameaçador. O objetivo da campanha era agora a capital argentina.

A divisão que conduzia 1.200 homens das tropas de Caxias, e da qual fazia parte o Caliope, ia tentar a passagem de Tonelero. Logo que chegou ao alcance do forte, que dispunha de 16 peças de artilharia e de uma guarnição de 2.000 homens de infantaria, foi rompido um tremendo fogo de tôdas as espécies de armas sôbre os nossos navios, que avançavam intrèpidamente para forçar o passo, fazendo troar a sua artilharia, maravilhosamente manejada por nossos marinheiros. O último barco, o que fechava a linha de ataque, era o frágil "Caliope", que recebeu no seu costado e na mastreação inúmeros projectis. A galharda conduta dêsses homens mereceu do govêrno brasileiro uma recompensa de honra, sendo Torres Alvim galardoado com a comenda do Cruzeiro. Esta operação fluvial, combinada com a das tropas aliadas em terra, sob o comando de Caxias,

permitiu a batalha de Monte-Caseros, que deu fim à tirania de Rosas e ensejo para a sua fuga.

Torres Alvim, que, no verdor dos anos, se laureara nos embates sangrentos das pelejas, era, na vida propriamente marítima, um habilíssimo manobrista. O almirante Boiteux conta, no estudo biográfico deste oficial, que, um dia, entrando êle em Montevidéo, avistara a fragata *Congress*, onde estivera embarcado em estágio de instrução. O navio *yankee* acabava de chegar e ainda estava na faina de ferrar o pano, com a sua gente distribuída pelas vergas.

O futuro barão de Iguatemi, mandando o gageiro grande para o lais da respectiva verga, numa audaciosa e difficilima manobra, prolongou o seu navio com o costado da fragata norte-americana, de maneira que as vergas quase se tocaram e as mãos dos gageiros se estreitaram em um emocionante cumprimento. Este feito, que só podia ter sido praticado por um consumado marinheiro, provocou grandes explosões de entusiasmo e frenéticos aplausos por parte das guarnições dos dois barcos das nações amigas.

A bordo da *Imperial Marinheiro* teve oportunidade, como capitão-de-fragata, de conduzir à Europa uma turma de guardas-marinhas, em viagem de instrução. Esta comissão, que precedia outra de maior envergadura, que fôra a de diretor da Escola de Marinha, era de grande importância, porque o papel de guia e de educador da mocidade é de resultados preponderantes na formação do homem e do profissional. Fácilmente se cristalizam na alma da juventude os exemplos e os ensinamentos dos seus chefes e educadores. Basta se recordar a impressão indelével que Benjamin Constant e Saldanha da Gama deixaram no espirito dos seus discípulos, como um evangelho de bronze, que o tempo não conseguira empanar ou destruir. Torres Alvim mantinha no seio da sua classe a reputação de ser um dos seus notáveis educadores, pela pureza dos seus exemplos, pelo espetáculo das suas ações e pela justeza dos seus conselhos. Daí provinha a força da sua autoridade, o prestígio do seu nome e a auréola de respeito e de veneração que cercava a sua individualidade. Em Agôsto de 1860, vamos

encontrá-lo no comando da fôrça naval do Rio-da-Prata, substituindo o chefe-de-divisão Jesuino Lamego da Costa, eleito representante da nação na câmara dos deputados. Nêste novo pôsto, demorou-se poucos mêses, por ter sido chamado para desempenhar importante comissão científica. Não era sòmente no terreno profissional que êste homem notável exhibia uma capacidade muito acima do comum. Os estudos oceanográficos eram também da sua predileção, de forma que, quando se tratava da ligação telegráfica intercontinental, da África com a América, foi necessário o conhecimento das profundidades oceânicas para o lançamento do cabo destinado a êste importante fim.

Era êsse um trabalho penoso e difícil de ser executado naquela época, por navios inadequados para essa missão e providos de aparelhos rudimentares. Torres Alvim foi o oficial escolhido para realizar essa ingente tarefa. A bordo da corveta mixta *Beberibe*, sob o seu comando, partiu êle para fazer essas sondagens atlânticas, entre o cabo de São Roque e as ilhas de Cabo-Verde. Dois eram os problemas a resolver: determinar com relativa exatidão a profundidade e a natureza do fundo oceânico e, ao mesmo tempo, a posição do ponto de sondagem. Para realizar tão importante empreendimento, Torres Alvim partiu com a sua corveta para Nova-York, de onde seguiu para Washington, afim de combinar com James Gells, diretor do observatório desta cidade, a orientação dos seus trabalhos. Na capital norte-americana, o comandante brasileiro modificou o prumo Brooks, então adotado pelos oceanógrafos nas operações para a medida das grandes profundidades oceânicas. Êste trabalho foi executado com o mais perfeito êxito, malgrado as deficiências dessa aparelhagem, infinitamente inferior aos modernos sistemas de batimetria — os écos-batímetros, — uma das sensacionais revelações da hora em que vivemos, e que permitem uma automática e contínua indicação de qualquer profundidade marítima. Aquêles velhos aparelhos, manejados com sondarezas, bobinas metálicas e grandes pesos, reuniam um mundo de dificuldades a vencer, como atritos violentos e distensões bruscas dos cabos de

sondagens de milhares de metros, e só permitindo um limitado número de operações desta natureza. Os seus estudos revelaram o desaparecimento de bancos de areia, assinalados entre as latitudes de 10°-01' e 10°-05' N. e as longitudes de 27°-32' e 27°-35' W. Gr., fenómeno, provavelmente devido a convulsões sísmicas.

Rêgressando às suas funções puramente profissionais, vamos encontrar Torres Alvim novamente no Rio-da-Prata, durante a guerra do Paraguai, para onde seguiu logo depois da estrondosa vitória do Riachuelo. No teatro das operações, assumiu o comando da 3.<sup>a</sup> divisão da esquadra, sob a chefia do almirante Barroso. O comandante em chefe, visconde de Tamandaré, mandara transpor os passos de Mercedes e Cuevas, poderosamente fortificados pelo inimigo e guarnecidos com mais de 2.000 homens cada um, dispondo o primeiro de 36 e o segundo de 40 peças de artilharia. A divisão de Alvim, composta dos navios *Ivaí*, *Itajai* e *Beberibe*, rompeu a marcha, seguida da *Amazonas* e da *Ipiranga*, para forçar o passo de Mercedes. Uma saraivada de projectis se abateu sobre essas pequenas unidades, sendo que a *Beberibe*, onde se achava Alvim, teve o gualdrope arreventado, ficando desgobernada. O próprio chefe, que ali tinha o seu pavilhão, dotado de fôrça física descomunal, agarrou com as mãos a corrente partida e, com auxilio de outros marinheiros, aguentou o leme, assim impedindo o choque fatal com as embarcações que avançavam pela sua pôpa. Poucos dias depois, êstes mesmos navios transpuñham o passo de Cuevas, afrontando dificuldades idênticas e pagando pesado tributo em mortos e feridos, principalmente na valente *Beberibe* onde tremulava o pavilhão de Torres Alvim. Depois dêste episódio, o almirante Marques Lisboa se dirigira para Corrientes, donde expedira ordens relativas à invasão do território inimigo. Assim a esquadra, que ali se achava, se moveu em direção a Três-Bôcas.

Marques Lisboa havia se comprometido a fazer o transporte das tropas sem sacrificio de vidas. Torres Alvim, a bordo do couraçado *Tamandaré*, seguido da *Araguari* e da *Henrique Dias*, fez o reconhecimento das margens do Alto-

Paraná, até Itatí, navegando às apalpadelas, sem cartas e sem práctico, de que resultou ter a *Araguari* batido e encailhado, sem maiores consequências, além de pequenas avarias que sofreu.

Os paraguaios haviam recorrido às chatas, como vicioso elemento para hostilizar os nossos barcos, usando a artilharia em baterias flutuantes. Embora não tivessem conseguido deter a marcha da nossa valorosa esquadra, graves sacrificios nos foram impostos por êsses infernais engenhos. Nessa guerra de chatas, a primeira delas foi metida a pique, diante de Itapirú, pela artilharia do *Tamandaré*, que era o navio-almirante. O mesmo aconteceu com outras que vieram tomar o seu lugar, até que um desses engenhos, abrigado atraz de um parcel, despediu um projétil, que, penetrando em uma das casamatas do couraçado, espalhou a morte e a destruição no meio da sua brava e gloriosa equipagem. Aí tombaram o imediato Vassimon e o comissário Acioli. Mariz e Barros, o seu comandante, ferido gravemente, depois de sofrer a amputação de ambas as pernas, sem anestesia, sucumbe ao traumatismo. Manhães Barreto, também atingido levemente por um estilhaço, assumiu o comando da capitânea. A luta contra as chatas, que se substituíam sem interrupção, ainda produziu novos acidentes, embora sem a gravidade do sinistro ocorrido a bordo do navio-almirante. Em um desses embates, um estilhaço de um projétil de 68 feriu levemente o chefe Torres Alvim.

A guerra prosseguia. Na missão de reconhecimento para a escolha do ponto de passagem das tropas brasileiras para o território inimigo, destacou-se o chefe Alvim, que a executou com a sua proverbial habilidade. Não somente realizou esta importante tarefa como presidiu a operação de transporte de 40.000 homens do exército do Brasil, do pôrto de Passo-da-Pátria para a outra margem do rio, sem a perda de um só soldado. Foi assim que, sob a proteção poderosa da artilharia da nossa esquadra, o exército brasileiro, sob o comando do legendário Osório, transpôs as

águas do Paraná e tomou pé no território inimigo, com incrível celeridade.

Vieram depois, Curuzú, Curupaití e Humaitá. Tamarandaré, substituído por Joaquim José Inácio; Torres Alvim, nomeado comandante da 1.<sup>a</sup> divisão, içara o seu pavilhão no couraçado *Silvado*.

Depois do feito estupendo da passagem do Humaitá, fortaleza considerada inexpugnável, Torres Alvim incumbiu-se da logística, que assegurava o municionamento das forças que se batiam no Chaco.

Pouco antes do final da guerra, recolheu-se o grande chefe ao Rio de Janeiro, sendo promovido a chefe-de-esquadra e recebendo depois o título de barão de Iguatemi.

Na direção da Escola de Marinha, soube revelar as qualidades especialíssimas, necessárias ao educador, para a formação moral da juventude que se destina às lides do mar. Promovido a vice-almirante e graduado no mais alto posto da armada, o barão de Iguatemi chegou ao termo da sua carreira, como um herói sem mancha, como um vencedor sereno, de forte braço e coração tranquilo. Este Instituto foi buscar então seu nome no panteão das glórias nacionais, para patrono da cadeira, que tenho a honra de vir hoje ocupar.

O meu antecessor, o preclaro almirante Henrique Boiteux, foi o primeiro distinguido por tão alta investidura. Este eminente oficial-general da nossa armada, há pouco desaparecido, deixou, na sua magnífica e longa vida de marinheiro e de patriota, um profundo manancial de exemplos de honradez, de firmeza moral, de capacidade, e, principalmente, de coragem cívica. Era êle, antes de tudo um catarinense; mas, acima de tudo, um brasileiro. Amando a sua província, adorava a sua pátria. Obedecia êle ao pensamento feliz de D. Marcos de Noronha, quando afirmava que "a natureza só ama o ninho em que nascemos". Procurava exaltar as glórias dos *barrigas-verdes*, mas endeosava os heróis do Brasil. Sendo um fervoroso regionalista, um amante enternecido do seu torrão natal, era também um batalhador sem descanso, como nacionalista consciencioso e



reto, como um brasileiro exemplar e impecável, nas suas opiniões e nas suas atitudes.

Na sua vida militar, enobrecida pela justiça e pela sã moralidade, só teve ocasião de entrar em operações de guerra, quando a marinha, chefiada pelos almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, levantou a bandeira da revolução, no ano de 1893.

Henrique Boiteux, muito jovem ainda, alistou-se nas fileiras legais e bateu-se ao lado de Floriano, comandando um minúscula torpedeira da esquadra comandada pelo almirante Jerônimo Gonçalves.

Não podemos ser juizes da sua consciência, pois nenhum espírito de classe poderá se sobrepôr aos altos interesses da pátria, que Henrique Boiteux julgava defender naquela fase tremenda da nossa história. E, com isto, dava êle exemplo da coragem de opiniões e da firmeza das suas convicções, tomando um pôsto de combate contra os seus camaradas, seus irmãos de armas, para defender o bem supremo da salvação da república, que êle considerava em perigo. A sua austera e honrada forma de proceder, permitia que as paixões partidárias respeitassem a grandeza do seu formoso carater, e, dentro da marinha, os resíduos dessa luta fratricida não criaram incompatibilidades morais entre os revolucionários e o preclaro marinheiro, que deixou, no meio dos companheiros de farda, um grande vasio, e neste colendo Instituto, as mais sentidas saudades.

Não preciso aqui, enumerar as comissões que desempenhou o nosso saudoso patricio, durante o tempo em que labutou na nossa árdua profissão. Foi êle um excelente official e um chefe admirado, respeitado e querido. Si, por felicidade, um longo período de paz não deu oportunidades para as exhibições dos nossos militares nos campos de guerra, naquêle trecho da vida nacional, permitiu, entretanto, a revelação de outras qualidades que elevam os homens às grandes culminâncias da benemerência da pátria.

Henrique Boiteux, na sua modéstia, no seu profundo recolhimento social, empregava todos os seus lazeres na

obra fecunda de pesquisas históricas, como um abnegado garimpeiro, descobrindo as preciosidades, que jaziam ignoradas nos secretos escaninhos do passado.

E êsses magníficos elementos êle os utilizava para a elevação moral dos nossos compatriotas, cultuando a memória daquêles que sofreram e morreram por grandes ideais, pela fé que traziam no coração, pelo sonho que defendiam da nossa libertação do jugo colonial.

O seu nome ilustre jamais se apagará das páginas da nossa história, como um grande cidadão, que muito amou a terra de seu nascimento e muito por ela trabalhou. Foi êle que exumou dos esconderijos dos arquivos e trouxe para a luz da vida atual, os documentos que permitiram a reconstituição biográfica dos nossos chefes navais, dêse as origens da nossa marinha até os nossos dias. Daí a sua notável obra "Os nossos almirantes". Foi esta uma contribuição histórica, das mais preciosas, porque impediu que caissem no mais completo esquecimento, os nomes de grandes vultos nacionais, cujas obras e cujos atos não se acham registrados nos compêndios conhecidos para a divulgação das nossas celebrações. Nêsses longos anos de grande atividade mental, o almirante Boiteux enriqueceu a literatura histórica com valiosas contribuições, que permitem o esclarecimento da nossa política, do valor dos nossos homens, dos costumes e da moralidade daquela época, que corresponde ao alvorecer da nacionalidade brasileira. Surgiram então os seus livros "Santa-Catarina no exército" e "Razões históricas do atrazo do Brasil", sendo que êste último não pôde ser publicado por motivos de ordem particular. Nêsse capítulo, foi êle um dos nossos grandes pioneiros, um dos mais notáveis batedores, na obra essencial da propaganda nacionalista.

Todos conhecem os entraves, os obstáculos, as resistências, que o segundo império opôs à obra da elucidação da verdade histórica, para impedir a divulgação das mazelas que infestavam a côrte dos avós e dos pais do segundo soberano do Brasil. O escrúpulo e o amor próprio do governante se fundiam com o pudor de descendente de reis, que

se celebrizaram nos exagêros da incontinência. O respeito pelo austero monarca immobilisava a pena dos escritores brasileiros. Era preciso, em plena república, derrubada essa muralha de constrangimento, que caiu com o trono, que fôsse liberada a história das suas imperiais algemas. Foi revogado então o sistema de se escrever sôbre ela com a censura virtual do soberano, de acôrdo com as conveniências morais e políticas da dinastia, sistema êste recentemente adotado por um chefe de govêrno europeu, que decretou abertamente a forma tendenciosa e falsa da interpretação dos fatos históricos, como um privilégio do Estado. Esta é, entretanto, uma fútil precaução. Tôda idéia, perseguida, torna-se vencedora. A história aleijada, mutilada, desnaturada, ressurgirá, perfeita e verdadeira, pela voz dos documentos e pela dialética dos independentes. A mentira é a arma de defesa das consciências pesadas ou carecentes de virtudes. A história inventada, não é história, é lenda. Mentir, nêste caso, é confessar um passado que envergonha e que compromete o presente, ou gabar-se de feitos que não foram praticados. Em ambos os casos, constitui um êrro moral e político, porque o critério honesto e jústo é o da redenção das faltas do passado e da abstenção da vanglória por atos imaginários. Êste passado teve uma mentalidade e sentimentos que formam a alma da época, profundamente diversos dos de outro período mais avançado e mais distante. As ambições de conquista e os processos bárbaros dos séculos decorridos, na execução desta política, encontram hoje uma formal repulsa nas concepções da civilização atual. As nações que ainda conservam semelhantes processos, vigentes até o século XIX, são de civilização retardatória e guardam os remanescentes da barbárie extinta.

Desta nova geração de escritores independentes, livres e honrados, o almirante Henrique Boiteux é um dos seus festejados bandeirantes. Foi êle um dos que compreenderam que a veracidade dos fatos, exposta à luz do dia, não traz consigo malquerenças ocultas, nem ódios sopitados. A geração moderna de um povo não pode herdar a responsabi-

lidade dos atos dos seus antepassados, pois que a sua mentalidade se transfigura com a civilização. A recordação dos fatos pretéritos é apenas a reconstituição dos elos de uma cadeia que não pode ser quebrada e que só a verdade pode construir. É lógico que podem existir nessas páginas vividas, recordações que embevecem, outras que envergonham, e ainda outras que amarguram; mas, o historiador tem de ser inflexível e indiferente a essas inevitáveis impressões. Ele não escreve somente para os contemporâneos, para os leitores do presente, pois que é, na sua essência, um arquiteto do futuro. Nenhum historiador será digno dêsse nome, se não tiver alcançado a finalidade da sua missão. Ele não pode se restringir ao limite impôsto pelas conveniências políticas, sociais e religiosas, porque o seu objetivo o obriga a ser um escravo da verdade. O escritor tendencioso abandona a finalidade universal da história, para transformá-la em um instrumento de utilização particular, o que é odioso e impudente. O único proveito, que dela se pode tirar, é o da experiência dos povos, que é nula, quando sacrificamos deliberadamente a verdade. Além dessa história imaginária, que podemos chamar de *estatista*, concorrem também para desfigurá-la muitos escritores, que se deixam arrebatados pelas suas paixões, criando uma artificialidade de consciência, exclusivo produto da imaginação. Torna-se assim um mistificador involuntário, criando uma fantasia, sem disso se aperceber. É esta uma das razões, pelas quais, o mesmo acontecimento histórico se acha relatado de formas contraditórias. É por êste motivo que o historiador não escreve a história coéva, de forma definitiva. Só depois das paixões adormecidas, dos temores apagados, num ambiente tranquilo e desinteressado, é que o homem pode tirar dos arquivos, documentos que esclarecem inteiramente a vida passada de cada povo. Aí se verá a inutilidade da mentira, que será escoraçada pela invencibilidade da evidência. O valor da história é, pois, função da sua veracidade.

Êste Instituto, alimentando a difusão dos conhecimentos de geografia e história militar do Brasil, obedeceu a uma orientação perfeitamente lógica, refletindo, ao mesmo tem-

po, a larga visão cultural dos eminentes camaradas do exército que lançaram esta luminosa iniciativa. De fato, sendo o homem um habitante da terra, é impossível estudar a sua vida, fora do palco da sua atividade. Eis porque a história e a geografia formam um bloco indissociável, quando pretendemos conhecer a vida humana, através da interminável cadeia dos episódios, que traduzem a sua multi-milenar transformação.

A geografia é a descrição da terra, que pode ser encarada sob um aspecto puramente físico; ou então, nas suas relações íntimas e profundas com os seres e as riquezas, que nela moram, ou com o homem, que dela tira tudo de que necessita para o seu sustento e para a marcha da civilização. É lógico, portanto, que, na sistematização dos seus conhecimentos, o homem tenha associado êstes dois grandes ramos dos seus estudos a um tronco, como são as instituições como esta, que, neste momento, descerra, para a minha entrada, os seus majestosos pórticos. Quanto à história, não é ela uma simples narrativa interessante, que faça deleitar a imaginação e entreter as horas vãs dos curiosos. Ela tem uma particular importância na vida da humanidade, porque, não sendo propriamente uma ciência, é uma síntese de todas elas. Ela tem, portanto, a sua filosofia, que se resume em uma série de princípios gerais. Ela guarda, na sua ilimitada capacidade, todos os elementos instrutivos da marcha demorada do homem, desde a sua mais recuada existência, até os nossos dias. Ela permite a decifração do passado, coroando a labuta incansável dos arqueólogos e panteólogos, abrindo aos olhos das gerações modernas, o livro imenso da vida humana, escrito nas profundas camadas do globo, na escuridão das tumbas dos povos primitivos ou nos sinais misteriosos das línguas desaparecidas.

A história liga o presente aos mais distantes tempos da vida terrestre, revelando esta cousa admirável, que é a certeza de que qualquer grande episódio político dos nossos dias, é o último elo de uma cadeia de fatos, cujo começo se perde nas primeiras idades humanas. É esta magnífica

concepção que fez Gustave Le Bon afirmar, em um lindo paralelo, "que o presente sai do passado, como sai a flor de uma semente", que, por sua vez, é dádiva de uma outra flor.

A história recebe, no seu seio opulento, os resultados de todos os esforços humanos, no grande campo sem limites, onde a inteligência faz o milagre dos maravilhosos inventos e surpreendentes descobertas.

Quando estudamos a história, dentro desta concepção profunda, verificamos que todos os fatos se desenrolam, obedecendo às relações lógicas que existem entre causas e efeitos. Nesta série ininterrupta de acontecimentos, está a aprendizagem humana, essa admirável marcha para a perfeição, de onde resulta o progresso e a civilização terrena. A história é a fonte de cultura dos povos.

Compreende-se, entretanto, que é impossível, na averiguação do significado dos grandes acontecimentos históricos, acompanhar qualquer deles, nas suas ligações com o mais longínquo passado, porque isso é irrealizável, dentro das faculdades humanas. Este princípio fundamental da história, se torna, desta forma, puramente acadêmico. Cada causa, produzindo um efeito, que, por sua vez, se transforma em causa geradora de outro efeito, vai, por esta contínua repetição, construindo a cadeia interminável de fenômenos sociais, cuja reconstituição é praticamente irrealizável. Por mais perfeita que seja a investigação do historiador, ela padecerá da inelutável contingência das limitadas possibilidades humanas.

Tôdas as revoluções, tôdas as transformações sociais, que parecem, à primeira vista, uma surpresa, um abalo inesperado, são, dentro do princípio geral estabelecido, um efeito lógico de causas distantes, com repercussão longamente afastada da sua origem, como o vagalhão que se quebra contra as praias e que vem da vastidão intérmina dos mares.

Dizia um notável filósofo que "uma das grandes dificuldades do conhecimento histórico, reside no fato de que o presente que nos cerca, e que nós vemos, é a criação de um remoto passado, que nós não vemos". Assim, os episó-

dios mais recentes da nossa vida nacional, como a independência, a abolição da escravatura, a república, o estado novo, a regeneração democrática, não fogem a êste princípio fundamental, pois as suas longas raízes se perdem no passado.

No período republicano, as convulsões revolucionárias perturbaram muitas vêzes a vida nacional, causando imensos e graves danos ao seu crédito, à sua reputação e à sua economia. Êsses acontecimentos não foram, porém, acidentais; estavam, e ainda estão, filiados a uma gênese histórica. Infelizmente, os criadores da república não se inspiraram nas lições do nosso passado, para a organização do sistema governativo do novo regime, sendo esta a causa dos males que foram referidos, não só com respeito ao Brasil, mas também em relação a todos os povos sul-americanos.

Os antecedentes históricos dos famosos pronunciamentos brasileiros remontam ao tempo colonial, quando os capitães-móres dispunham da vida e dos bens dos habitantes desta terra, como cousas de sua propriedade. A população do Brasil se dividia em dois grupos: opressores e oprimidos. Daí, também, duas mentalidades: a do déspota e a do escravo revoltado. Uma, de imposição; e outra, de sujeição. Dêsse longo conflito, nasceu a independência. Veiu o primeiro império, sem alterar, na essência, essa condição política nacional. Da continuação dêsse mesmo conflito, brotou o 7 de Abril de 1831. Veiu então o segundo império, que modificou profundamente o regime anterior, instituindo o parlamentarismo. Êste regime, abolindo a autoridade unipessoal e criando a responsabilidade governamental coletiva, perante o parlamento, permitiu a conservação da ordem no Brasil, durante dezenas de anos, até a queda da monarquia. Veiu a república e, ao êrro do presidencialismo, copiado dos Estados Unidos, seguiu-se uma fase de desordens, periòdicamente provocadas em quase todos os Estados da União. E por que ?

Era a escolha arbitrária de um sistema político, em desacôrdo com a psicologia do povo, que acendia o facho das sedições contínuas.

Aí, invertia-se a ordem lógica, que manda fazer a lei para o povo, adotando-se a absurda recíproca de se fazer um povo para a lei. A diferença de mentalidades entre os povos das duas Américas explica o êrro dessa adaptação forçada, que não passou, como seria de prever, de uma tentativa infeliz. Enquanto o povo da grande democracia americana, educado no alto respeito à autoridade e ao prestígio da lei, podia descansar à sombra do seu direito, no regime presidencialista, no Brasil, as cousas se passariam de modo bem diverso. Os povos da América do Sul, saídos da escravidão colonial, onde viviam sob um jugo terrível e tirânico, não podiam ter uma educação compatível com uma perfeita democracia, no regime que adotaram. Aquela mentalidade de domínio absoluto foi o apanágio dos caudilhos que substituíram os poderes das metrópoles.

Todos aquêles que se achavam depositários de qualquer parcela de mando, eram conduzidos ao abuso do poder, estimulados pelas influências hereditárias, provenientes dos avoengos, que só conheciam os mandamentos do arbítrio e do despotismo. Implantar na América do Sul o regime norte-americano, era o mesmo que criar, perigosamente, um exotismo, de consequências trágicas, como veio a acontecer. As influências ancestrais da história forneceram à mentalidade dos políticos os elementos para o renascimento dos sistemas abafados, temporariamente, pelo parlamentarismo.

Ocultos na sombra do presidencialismo, iriam ressurgir os régulos de outróra. Não havendo no presidencialismo indígena qualquer meio eficaz de conter os abusos do poder, a autoridade se tornava irresponsável e intangível. O conflito entre aquêles que queriam governar sem restrições, e aquêles que não abdicavam dos seus direitos de cidadãos livres, reacendeu-se com a mistificação dos políticos, e as revoltas, os motins e as revoluções encheram os 56 anos da vida da república. Esse conflito, que já fizera as guerras dos emboabas e dos mascates; que já fizera as inconfidências da Bahia e de Minas-Gerais; que fizera a revolução pernambucana de 1817; que fizera a independência e a Confederação do Equador, e que promovera o 7 de Abril, ainda



irá preparar os funerais do presidencialismo. É verdade que, nos primeiros anos do segundo império, a turbulência ainda se conservava em armas e pode perturbar a paz interna da nação. Era ainda a herança do espírito agitador provincial que inspirava êsses movimentos, nascidos das competições pessoais daquêles que buscavam no campo da violência e da luta armada, a decisão das suas contendias. Era o espírito do caudilhismo remanescente, como um éco retumbante do passado, que animava a alma ambiciosa dos aventureiros, em busca das aprazíveis posições de mando. Os motivos que provocaram tôdas as convulsões políticas do segundo império, não formavam um programa preconcebido, servindo de bandeira a tais movimentos. As idéias que surgiram durante os mesmos, não eram mais que fórmulas destinadas a enobrecer as reações causadas por simples divergências partidárias, ou, na maioria dos casos, por antagonismos pessoais. Uma luta regional e de interesses particulares, tomava um cunho de reivindicações nacionais. Naturalmente, os historiadores não se puseram de acôrdo sobre as causas que determinaram tais levantes, porque muitas delas eram fictícias, pois, como já foi dito, o programa revolucionário perdia o seu aspecto inicial e verdadeiro, para se transformar, progressivamente, em uma causa de fins mais nobres e elevados. Depois de 18 anos de contínuas lutas para a pacificação interna do Brasil, firmou-se o reinado da ordem, após a *revolução praieira de Pernambuco*, em 1849, onde o espírito sedicioso dos turbulentos se recolheu ao silêncio; e, durante 40 anos, o regime parlamentar conseguiu que o nosso povo vivesse e prosperasse em um sereno ambiente de paz e felicidade. A república substituiu, imprudentemente, êsse regime, que havia apaziguado o ânimo delirante dos ambiciosos, pelo presidencialismo, que lhe veio dar um novo alento e proporcionar-lhe um vigoroso estímulo, esquecidos que estavam os seus estadistas das lições experimentais da história. Desde que o presidencialismo foi instituído no Brasil, a democracia nunca passou de uma ficção, de uma aparência, de uma simples e bela fachada. Nunca a nação foi governada pelo

povo. No parlamentarismo, onde o gabinete ministerial é o executivo e onde se podem coligar todos os partidos, a nação é, indiscutivelmente, governada pelos representantes do povo, por um poder grupal, de responsabilidade coletiva, e jamais uni-pessoal, como no presidencialismo. O segredo do êxito obtido pelo governo monárquico consistiu exatamente em ter convencido a todos os ambiciosos inconscientes, que a ninguém era dado submeter os seus compatriotas à vontade discricionária de um só, isto é, ao despotismo. E esse princípio entrou pela alma do povo e atingiu os centros da sua vida instintiva. Isto está de acordo com o sublime pensamento de Gustave Le Bon: "Da vida intelectual, surgem as maravilhas da ciência, que determinam os progressos da civilização; mas, da vida instintiva, nascem as paixões e tôdas as lutas que perturbam a existência dos povos". O presidencialismo destruiu essa bela conquista do século passado e fez reflorescer o poder personalista, com o seu delírio de mando, que vinte anos de lutas tinham conseguido abater. Estas idéias, da minha exclusiva responsabilidade, e que ousou exprimir perante êste auditório, onde fulgem os valores exponenciais da grande e culta classe militar, representam uma longa meditação sobre os problemas políticos que estão sob a influência filosófica da história. Esta colaboração, de ordem mental, por minúscula que seja, no grau do seu valor e importância, está dentro do apostolado cívico, que acompanha qualquer agremiação de patriotas; está dentro dos exemplos de Benjamin Constant, quando prégava a cruzada da república, que nunca poderia ser menos tolerante que o regime abolido em 15 de Novembro de 1889.

A cultura da história obriga ao estudo da sua filosofia. Este Instituto é um guardião dêste programa. Aqui, entretanto, se quiz limitar o amplo campo da história à região especializada do domínio militar. Não quer isto dizer que a história civil da nossa pátria esteja proscrita das suas atividades, porque é impossível separar os atos militares de um país dos seus atos políticos, tanto internos como exteriores, desde que as forças armadas constituem uma parte

da nação. Não há nenhum grande acontecimento político na história de um povo, que não tenha uma íntima ligação com as forças armadas; não que elas precisem ser deliberantes: bastam ser executantes do voto popular. Recorremos a grande obra de pacificação do Brasil, executada pelo glorioso Caxias, a quem se poderia dar o nome de patrono da nossa terra. Por êste motivo, a história militar do Brasil se confunde com a sua história nacional. Êste Instituto, cultor dêstes estudos, faz da sua tribuna um centro da sua divulgação, permitindo que a voz, que daqui partir, seja ouvida em todos os rincões, em todos os recantos das vastas regiões, que formam a nossa estremecida pátria. Obedecendo ainda à profunda e eloquente observação dos filósofos, esta casa immortalizou 50 nomes, na convicção sincera de que as almas dos que vivem, são formadas pelas almas dos que morreram e que — como diz Le Bon — “é em nós que elas repousam”. Honra a êsses imortais!